



OS EVANGÉLICOS NEOFASCISTAS NA EDUCAÇÃO: UMA DISPUTA DE HEGEMONIA

Editorial

Os evangélicos na educação: em busca da reforma intelectual, moral e econômica

O número que ora apresentamos propõe uma reflexão sobre o papel dos evangélicos neofascistas na educação. Por que a educação é um campo de atuação prioritário para evangélicos neofascistas? Quando vemos Nicolas Ferreira, o deputado mais votado do Brasil (1,47 milhão de votos), uma das maiores figuras públicas do bolsonarismo, assumindo a presidência da Comissão de Educação do Congresso Nacional e apresentando a pauta *evangélica conservadora*, é notória a prioridade política dada a esta pauta. [1]

Entender o processo de contínuos ataques à educação perpetrados por este setor passa por buscar compreender um complexo processo de disputa de *hegemonia*, ou seja, em termos gramscianos, significa atentar *aos conflitos da sociedade civil em torno da organização de um consenso construído por meios educacionais, de forma a universalizar a vontade coletiva de uma classe ou fração de classe enquanto de toda a sociedade* (1999). É o momento na política em que se alinham, de forma unitária, os elementos históricos constitutivos de determinada hegemonia:

(...) uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2000, p. 19).

Pensar criticamente as disputas em torno da educação no contexto do avanço neofascista evangélico passa, portanto, por perscrutar os traços da ação político-pedagógica dos seus agrupamentos: suas redes de relações de classe com o agronegócio, militares, milicianos e mídia; suas propostas de projeto de lei; os elementos da mobilização da sua base social. Além de questões específicas do campo da educação: as disputas em torno do currículo, financiamento, ensino religioso, modelos de gestão público-privado, etc. É urgente entender como é o seu *modus operandi*, tendo em vista a sua capacidade de propor, disputar, organizar

uma agenda de reformas de tipo intelectual e moral imbricada às reformas econômicas. Nesse sentido, buscamos superar o reducionismo que muitos setores do campo crítico acabam caindo, quando delimitam o chamado “pânico moral” enquanto única chave de leitura para compreender o avanço evangélico neofascista sobre a educação como mera propaganda eleitoral. Reproduzem a tese de que a pauta moral seria nada mais que uma “cortina de fumaça” para confundir as esquerdas ou enfatizar o debate moral, secundarizando os debates econômicos de fundo.

No entanto, retomando Gramsci, não há reforma intelectual e moral que não esteja relacionada às suas determinações econômicas. Tomamos a mobilização evangélica neofascista sobre a educação como parte da própria construção e consolidação do consenso que busca instaurar seu projeto de mundo ultraconservador, que *unifica os preceitos teológico-políticos a uma agenda ultraneoliberal dedicada a atacar direitos trabalhistas, ampliar as privatizações, aprofundar políticas de austeridade fiscal e até atacar as políticas focalizadas do campo neoliberal clássico* (COSTA, 2020). Há uma unidade intelectual e moral epistemicamente individualista, associada a valores da *Teologia da Prosperidade* e do *Domínio*, de forma a fundamentar uma forma de embate público que se coloca como radical, perseguido, desbravador contra os desvios do mundo. E são nas escolas e universidades o palco privilegiado dessas disputas (GRAMSCI, 1999). A estética de um radicalismo teológico-político, que dualiza a política a partir da divisão deus versus demônio, fortalece a tese do inimigo interno, da Guerra Cultural olaviana. A educação para eles se apresenta como o espaço propício para manter a vigilância permanente, de retomar as tradições pervertidas pelo “comunismo”, perseguir os sabotadores da moral tradicional e os inimigos internos.

Um elemento fundamental é que, boa parte das vezes, são nas instituições educacionais que se formam os seus intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais, os formuladores e operadores de consenso (GRAMSCI, 1999). Há uma preocupação, por conseguinte, em ocupar postos estratégicos na educação, cultura, economia, nas ciências, política e tantas outras áreas. Afinal, *uma nação evangélica* deve ter evangélicos nos centros de poder do Estado. O próprio Bolsonaro definiu seu correligionário, ministro do STF, André Mendonça, como “terrivelmente evangélico”. [2] E a então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves afirmou:

A igreja evangélica perdeu espaço na História. Nós perdemos o espaço na ciência quando nós deixamos a teoria da evolução entrar nas escolas. Quando nós não questionamos. Quando nós não fomos ocupar a ciência. A igreja evangélica deixou a ciência para lá.[3]

Ao mesmo tempo buscam se secularizar, institucionalizando os seus valores ético-políticos enquanto a formação de um senso comum que os reconheça enquanto fundamento cultural da nação brasileira. Querem os seus feriados, os seus preceitos teológicos nos livros didáticos, a institucionalização dos “intervalos bíblicos”, a ampliação das aulas de religião, a ampliação das escolas cívico-militares, etc. O “nós” contra “eles” ganha contornos de guerra espiritual, não como uma “cortina de fumaça”, portanto, mas, na realidade, enquanto um projeto de sociedade, que, sob a alegação de uma futura maioria na sociedade brasileira. Estaríamos no caminho de instaurar reformas de Estado que consolidem a hegemonia neofascista evangélica para a construção de uma *nação evangélica*, como é defendido pela Frente Parlamentar Evangélica no documento de 2018, Manifesto à Nação (COSTA, 2020).

A escalada evangélica no Brasil: a construção da identidade genérica evangélica

Já desde os anos 1960, se observa um crescimento expressivo dos evangélicos no Brasil. Mesmo antes nos anos 1940, já se falava em recatolizar o povo brasileiro como forma de combater o crescimento do sincretismo religioso nos territórios populares e o avanço de religiões como candomblé, espiritismo, umbanda e evangélica. Dom Jaime, bispo católico criador da entidade Fundação Leão XIII (1947), já acenava com a preocupação do avanço de outras religiões sobre a base social católica, principalmente nas favelas e periferias. Justamente onde se registra a maior parte do crescimento evangélico. No Manifesto do Episcopado (1945) lançava-se as bases para a articulação de ações sociais, principalmente no campo da educação voltadas a tal questão (CARVALHO & IAMAMOTO, 2014, p. 150-151).

Contudo, mesmo com uma série de iniciativas como a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, o movimento católico não foi capaz de cessar o crescimento evangélico e, nos anos 1990, houve mais um salto qualitativo em termos de representatividade religiosa. Enquanto em 1991, eram 83% de católicos, em 2000, passam para 73,6% e, em 2010, para 64,6%. Já os evangélicos passam de 9%, em 1991, para 15,5% em 2000; 22,2%, em 2010 e 31%, em 2022. Se por uma lado ocorre um decréscimo de católicos e aumento de evangélicos, deve-se relativizar tal suposta polarização em processo de inversão. O primeiro ponto importante é que também cresce o número de pessoas de religiões de matriz africana. Segundo, cresce também o número dos que afirmam não ter nenhuma religião. E terceiro, o declínio católico não é inversamente proporcional ao crescimento evangélico, afinal, seu crescimento é menos intenso, o que mostra uma tendência mais complexa que o simples ufanismo evangélico. Assim, se desde 2010 se aponta o que seria uma “transição religiosa”, pois, segundo os censos

do IBGE, o que se entende como “evangélicos”, em 2032, poderia ser a maior religião do país, ao mesmo tempo, deve-se matizar de acordo com uma perspectiva demográfica que aponta para um pluralismo maior de religiões (além das pessoas sem religião).¹ Esta chamada “transição religiosa” era realizada silenciosamente nos flancos mais precarizados da força de trabalho brasileira, até que a ascensão bolsonarista expôs um complexo de mobilização política de tipo neofascista.

No entanto, ainda no contexto de abertura política nos anos 1980, já ocorria a ampliação dos meios de representação e participação política na sociedade civil, os evangélicos, nas suas mais variadas denominações, crescem nos meios de comunicação, nas comunidades mais pobres, onde a Igreja Católica e a Teologia da Libertação já não chegavam (ALMEIDA, 2017). O peso institucional católico não acompanhou a dinâmica da precarização da vida no neoliberalismo, quando a ampliação de desempregados e miseráveis não eram comportados pelo lento controle institucional católico. Assim como, nessa conjuntura, a grande maioria da esquerda tornou-se desconectada da realidade das demandas da classe trabalhadora ao se deixar encapsular pela lógica institucional eleitoral, reduzindo a mobilização popular aos acordos palacianos, a conciliação de classes, crença ingênuas nas instituições burguesas e tornando seus principais quadros em gerenciadores do social-liberalismo nos territórios. Reduzindo seu histórico trabalho de base sindical, das associações de moradores nas favelas, dos movimentos campesinos ao calendário eleitoral. Apequena, neste sentido, a disputa real por hegemonia em troca da chamada *governança*, quando deposita todas as suas forças na institucionalidade burguesa, nas políticas focalizadas do Banco Mundial, nos acordos palacianos “responsáveis” com o Centrão, o agronegócio, o mercado financeiro, ou seja, se orienta por uma *governança social-liberal* que prima por uma conciliação de classes sem reformas estruturais. Essa hegemonia se mostrou frágil diante da crise orgânica do capital, que ensejou a ascensão bolsonarista e dos evangélicos neofascistas. Assim, a hegemonia da direita para o social e esquerda para o capital que encarna a institucionalidade burguesa contemporânea desabou (NEVES & MARTINS, 2010). A derrota das Jornadas de Junho, o Golpe de 2016, a prisão de Lula e a ascensão de Bolsonaro indicam no âmbito político a crise desta hegemonia, deste pacto de conciliação de classe, que já havia sido profundamente abalado desde o início da crise mundial do capitalismo, em 2008.

¹ <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/12/a-aceleracao-da-transicao-religiosa-no-brasil-1872-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acessado em 11/11/2024.

Importante ressaltar que o crescimento evangélico não é unificado, pois os protestantes se dividem em missionários, pentecostais e neopentecostais, e, cada uma destas vertentes se subdividem numa gigantesca variedade de denominações. [4] O processo de industrialização e urbanização brasileiro forjou uma massa de trabalhadores precarizados nos principais centros urbanos que chegavam do campo, de tal maneira que a Igreja Católica não acompanhou institucionalmente tal demanda, o que acabou sendo ocupado por diversas igrejas pequenas evangélicas que foram capazes de se disseminar pelos territórios populares, mediante flexibilidade administrativa e teológica. Pastores se formando a cada esquina, a ausência do celibato, igrejas surgindo aos montes nas periferias e favelas. Outra tendência que também se observa é a expansão evangélica nos territórios de expansão do agronegócio nas regiões Centro-Oeste e Norte, acompanhando os protestantes migrantes agricultores da região sul, o que provavelmente se amalgamou aos preceitos historicamente conservadores do latifúndio. [5]

Tamanha fragmentação, se por um lado permitiu o crescimento rápido e gigantesco de diversas denominações evangélicas, por outro, conferiu uma pluralidade e, muitas vezes, relações conflituosas entre tantas variantes evangélicas. Se agrupam fundamentalmente entre as seguintes vertentes: históricas (luteranas, batistas, presbiterianas, metodistas, episcopais entre outras), pentecostais (Assembleia de Deus, Deus é Amor, Evangelho Quadrangular e Congregação Cristã do Brasil entre outras) e neopentecostais (Renascer em Cristo, Igreja Universal do Reino de Deus, Sara Nossa Terra, Igreja Internacional da Graça de Deus e Igreja Mundial do Poder de Deus, entre outras), além de outras de menor proporção. [6] A identificação genérica “evangélicos”, portanto, é um instrumento de disputa de poder político, pois, constrói uma frente política nos embates conservadores, por representar um universo extremamente plural de orientações teológicas e políticas, oferecendo midiaticamente uma identidade coletiva que gera autoridade no debate público. Por isso, deve-se matizar o crescimento evangélico em termos de poder político, capacidade de centralização, organização no sentido que, enquanto os evangélicos são extremamente diversos e encampam uma série de disputas internas, a Igreja Católica é uma instituição mundial altamente centralizada, o que lhe confere estabilidade, ainda que tenha perdido fiéis no último período.

O que os evangélicos neofascistas querem para a educação?

Como já apresentado, o campo educacional é o terreno fértil da sociedade civil, em que se disputa a hegemonia, as visões de mundo, a perspectiva de sociedade que se encontra em

jogo. A participação religiosa na educação não é nenhuma novidade, afinal, todo império católico teve como base a educação, seja na catequese, na formação de escolas, colégios, faculdades e universidades. A Igreja Católica obteve o monopólio da educação no Brasil por mais de dois séculos, desde o início da colonização. E mesmo depois de passadas as reformas pombalinas, em que se retirou o controle católico sobre a educação, ao longo do período imperial e republicano, mantiveram-se os privilégios, como apoio administrativo, fiscal e alta influência sobre a orientação de políticas públicas educacionais (ROMANELLI, 1978).

Mas o que os evangélicos neofascistas querem com a educação na atualidade? No ano de 2023, o Instituto de Estudos da Religião (ISER) realizou uma pesquisa, monitorando 1,9 mil Projetos de Lei encaminhados por políticos católicos ou evangélicos. Oriundos deste setor foram realizadas 167 propostas na área de educação, principalmente sobre segurança nas escolas, quando ocorria um pico de atentados homicidas. Segundo a pesquisadora do ISEN, Lívia Reis, o interesse sobre a educação aumentou no contexto de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), quando se propôs educação sexual nas escolas, ainda em 2010. O combate à ideologia de gênero tornou-se uma pauta de coesão conservadora, que reunia diversos matizes do cristianismo alinhado ao que viria a se consolidar como bolsonarismo. Nikolas Ferreira, à frente da Comissão de Educação da Câmara Federal, cohesionou sua base social em torno de pautas como o seu projeto de lei que retorna com o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e ensino domiciliar (homeschooling). O PNE aprovado na última Conferência Nacional de Educação (Conae) é alvo do deputado e de seus aliados bolsonaristas. Segundo a Agência Pública uma série de audiências públicas foram organizadas nos estados pelos seus aliados. Em uma cartilha sobre o PNE feita pelo campo bolsonarista o (...) “material afirma que, se o plano for aprovado, crianças serão, entre outras coisas, “estimulados à iniciação precoce da sexualidade”. “É essa Agenda ideológica para exatamente tirar dos pais esse protagonismo, para que eles dominem a mente das crianças para servir ao ‘sistema do governo’”. Segundo o levantamento da Agência Pública seriam 49 grupos de WhatsApp da chamada “Força Tarefa Conae”. [7]

Este tipo de disputa sobre a Conae também se deu na última eleição para Conselheiros Tutelares, tendo uma expressiva vitória de evangélicos neofascistas. [8] Uma mobilização de base que mantém forte influência sobre os dilemas do campo educacional, no que se refere ao campo moral, mas também a uma agenda de privatizações, precarização do trabalho dos profissionais da educação e dura austeridade fiscal ao setor público da educação. O lobby junto ao empresariado das Big Techs na educação com a implementação de sistemas de ensino remoto durante a pandemia, pacotes de formação e todo tipo de produto educacional também

teve participação deste setor, assim como todo tipo de favorecimento ao setor privado da educação, sendo um dos temas da “Força Tarefa Conae” . [9]

Além de diagnosticar o processo de ataque dos evangélicos neofascistas, também se coloca como tarefa do campo crítico, conceber alternativas, estabelecer uma agenda própria que afirme o caráter público, democrático, gratuito e laico da educação. Tal tarefa ainda é difícil, pois o atual ministério da educação, apesar das promessas de campanha, segue sendo hegemonizado pelas fundações privadas, principalmente a Fundação Lemann. A política de austeridade sobre a educação segue conduzida pelo Novo Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023), mantendo a educação pública sob ameaça. Mais uma vez se prova que as mudanças não chegam tranquilas do resultado eleitoral, mas surgem do clamor das ruas. Que a reflexão desta edição inspire ousadias! Ficam as reflexões para o revide.

Grande abraço!

Luiz Augusto

Reginaldo Costa

Rodrigo Lima

Bibliografia

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. Cadernos Pagu [online], n. 50, 2017.

COSTA, R. O Manifesto à Nação: o projeto neofascista da Frente Parlamentar Evangélica para o Brasil in (Neo)Fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro, Mórula, 2020.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V. 1. Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

_____. Cadernos do Cárcere. V. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2014.

NEVES, L. & MARTINS, A. orgs. A Direita para o Social e a Esquerda para o Capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo, Xamã, 2010.

ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1978.

-
- [1] <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/com-nikolas-comissao-de-educacao-sera-um-dos-maiores-ativos-eleitorais-do-bolsonarismo/>. Acessado em 09/12/2024.
- [2] <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/mendonca-no-stf-um-estado-laico-terrivelmente-evangelico/>. Acessado em 09/12/2024.
- [3] <https://oglobo.globo.com/brasil/deixamos-teoria-da-evolucao-entrar-nas-escolas-disse-damares-em-entrevista-de-2013-23357207>. Acessado em 09/12/2024.
- [4] <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62551290>. Acessado em 09/12/2024.
- [5] <https://revistapesquisa.fapesp.br/registros-na-receita-federal-ajudam-a-mapear-expansao-evangelica-no-pais/>. Acessado em 09/12/2024.
- [6] <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62551290>. Acessado em 09/12/2024.
- [7] <https://apublica.org/2024/03/educacao-e-principal-foco-de-projetos-de-lei-conservadores-na-camara/>. Acessado em 09/12/2024.
- [8] <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/por-que-evangelicos-e-progressistas-disputam-conselhos-tutelares-em-todo-o-brasil/>. Acessado em 09/12/2024.
- [9] <https://blogdabotempo.com.br/2023/10/06/a-educacao-brasileira-nas-maos-das-big-techs/>. Acessado em 09/12/2024.
- [10] <https://www.intercept.com.br/2024/01/15/conferencia-nacional-educacao-bolsonaristas-fazem-forca-tarefa-secreta-para-levar-pautas-extremistas/>. Acessado em 09/12/2024.